



MEMORANDO - 88/2020/SES/SPAS
SGD: 2020/30559/070736

Palmas, 10/06/2020.

DE: Superintendência de Políticas de Atenção a Saúde

PARA: Comissão Intergestores Bipartite - CIB

Assunto: Aprovação do “Ad Referendum” para solicitação Habilitação de Leitos de UTI Pediátrica para o Enfrentamento a COVID-19 – Estado do Tocantins

Ao Ilustríssimo Senhor Presidente,

Considerando a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, identificando como surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constituindo uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional no mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional e em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a Mensagem nº 93/2010 da Presidência da República ao Congresso Nacional, em que solicita o reconhecimento de estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2019, em decorrência da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde;

Considerando o decreto estadual nº 06.070/2010 de 18 de março de 2020 que declara situação de emergência no estado do Tocantins em razão da pandemia da COVID-19, e adota outras providências;

Considerando o decreto nº 6.072 de 21 de março de 2020 que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pela COVID-19 Codificação Brasileira de desastre 1.5.1.1.0, e adota outras providências;

Considerando a PORTARIA Nº 758, DE 9 DE ABRIL DE 2020 que define o procedimento para o registro obrigatório de internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, nos estabelecimentos de saúde públicos e privados que prestam serviços no SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3 Capítulo IV do Livro II, de 28 de setembro de 2017 que dispõe sobre o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência;

Considerando PORTARIA Nº 895, DE 31 DE MARÇO DE 2017 que institui o cuidado progressivo ao paciente crítico ou grave com os critérios de elegibilidade para admissão e alta, de classificação e de habilitação de leitos de Terapia Intensiva Adulto,





Pediátrico, Unidade Coronariana, Queimados e Cuidados Intermediários Adulto e Pediátrico no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Conforme o Informe do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) N. 30 de 22 de abril de 2020, que reforça as orientações da RDC 50/2002 acerca da estrutura necessária para implantação de leitos de unidade de tratamento intensivo;

O Tocantins na presente data conforme o Boletim Epidemiológico nº 87, com Tocantins apresenta 6.257 casos no total, destes, 3.186 pacientes estão recuperados, 2.951 pacientes estão ainda em isolamento domiciliar ou hospitalar e 120 pacientes foram a óbito.

A taxa de hospitalização dos casos em acompanhamento vem apresentando médias entre 4,6 a 6,7%, com ocupação de cerca de 40% em leitos de UTI e 60% em leitos clínicos, no entanto devido à dificuldade de estruturação em número suficiente de leitos de unidade de terapia intensiva devido à alta demanda de equipamentos, em especial respiradores, é necessário que a administração pública tome medidas de credenciamento e contratação emergencial de leitos já estruturados, inclusive para garantir apenas em período pandêmico a assistência devida, sem superdimensionar oferta de responsabilidade do SUS;

O Hospital Municipal de Araguaína já possui contratualizado com o Estado do Tocantins leitos de terapia intensiva pediátricos e disponibilizou (6) seis leitos a mais dentro do contrato vigente para oferta de assistência aos pacientes pediátricos com suspeita ou confirmação de COVID-19;

Insta salientar que a Região Macro Norte tem apresentado aumento de casos confirmados com celeridade consistente, e assim devido a questão territorial de difícil acesso em muitos municípios é necessário a garantia de acesso qualificado aos leitos de UTI COVID-19 a todas as populações nesta região.

Solicita-se, portanto **“Ad Referendum”** à Comissão para apreciação e aprovação da contratualização destes 6 (seis) leitos de UTI Pediátrica para atendimento COVID-19 conforme a PORTARIA Nº 568, DE 26 DE MARÇO DE 2020;

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários através do e-mail spas.sesau@gmail.com.

Atenciosamente,

Juliana Veloso Ribeiro Pinto
Superintendente de Políticas de Atenção à Saúde

